

**HABEAS CORPUS Nº 510.425 - SC (2019/0138624-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : THALES MORAES STORCK (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **THALES MORAES STORCK**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, aplicando as sanções de regressão de regime e a perda de 1/3 dos dias remidos.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de Justiça de origem, então, **negou provimento**, nos termos do v. acórdão de fls. 307-317, assim ementado:

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE HOMOLOGA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ANTE O RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DE FALTA GRAVE (ART. 52 DA LEP). ALEGADA NULIDADE PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA ANTE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO EM SEDE JUDICIAL. INVIABILIDADE.*

*OUTIVA REALIZADA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DA NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO EM JUÍZO QUE NÃO É ABRANGIDO DE EFICÁCIA ERGA OMNES. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRESCINDÍVEL QUANDO OBSERVADOS OS DIREITOS AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES. MÉRITO.*

*INSURGÊNCIA DEFENSIVA. PRETENSA DESCARACTERIZAÇÃO DA FALTA GRAVE OU A DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDOTA PARA FALTA DE NATUREZA*

*MÉDIA, CONSOANTE ART. 96, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR N. 529/2011. NÃO ACOLHIMENTO.*

*COMPETÊNCIA DO DIRETOR DA UNIDADE PRISIONAL PARA RECONHECER FALTA GRAVE E DEFINIR A NATUREZA DA CONDUTA PRATICADA. ANÁLISE JUDICIAL ATRELADA SOMENTE A LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES JUDICIAIS. QUESTÃO CONSOLIDADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, ora impetrante, argui a ilegalidade da decisão, ao reconhecer a falta grave sem que fosse realizada audiência de justificação, determinada pelo art. 118, § 2º, da LEP.

Sustenta *"ilegalidade da homologação da falta grave praticada pela Paciente, porque a decisão, que aplicou inclusive regressão de regime, não foi precedida audiência de justificação"* (fl. 6).

Aduz que *"a Paciente, após responder a incidente disciplinar, teve homologado o PAD pelo Juízo de origem e aplicadas as sanções de perda de 1/3 dos dias remidos, alteração da data-base para futuros benefícios e regressão definitiva do regime do semiaberto para o fechado, embora não tenha sido realizada a audiência de justificação"* (fls. 6-7).

Alega que *"desde o acórdão paradigmático deste STJ que tornou indispensável a prévia instauração de PAD para apuração de falta disciplinar no âmbito da execução penal (Resp. n. 1.378.557/RS, j. em 23/10/2013), a previsão legal da audiência de justificação prévia estabelecida no § 2.º do art. 118 da LEP 2 passou a ser ociosa. Exceto em um único caso: quando houver regressão definitiva de regime, caso em que ela continua sendo obrigatória"* (fl. 7).

Assevera que *"no caso concreto é incontroverso que houve regressão definitiva de regime (do semiaberto para o fechado) e também de que não houve audiência de justificação prévia prevista no § 2º do art. 118 da LEP, sendo caso de nulidade absoluta, devendo ser anulada a decisão que decretou a regressão definitiva de regime da Paciente"* (fl. 9).

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem "para suspender os efeitos da decisão ilegal de primeiro grau que homologou a falta grave e aplicou sanções à Paciente, para determinar o imediato restabelecimento de todos os seus direitos atingidos pela decisão, até julgamento definitivo do writ; [...] Ao final, concedida ou não a liminar, seja DECLARADA a ilegalidade da decisão (e do acórdão que a ratificou), anulando-se a homologação da falta grave com regressão definitiva de regime (do semiaberto ao fechado) pela falta de audiência de justificação, restabelecendo-se todos os direitos da Paciente afetados pela referida decisão ilegal Subsidiariamente, caso não seja conhecido o Habeas Corpus, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/88, art. 5.º, LXVIII; CPP, art. 654, § 2.º)" (fls. 10-11).

O pedido liminar foi **indeferido** (fls. 321-323).

Informações, às fls. 331-346 e 347-383.

O d. Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 396-401, pela **concessão da ordem, de ofício**, nos termos do r. parecer com a seguinte ementa:

*"PENAL – EXECUÇÃO PENAL – HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR – REGRESSÃO DE REGIME – AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO – PRECEDENTES – CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM."*

É o relatório. **Decido.**

Firmou-se nesta Corte, nos termos do entendimento manifestado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para

proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

No que concerne à nulidade do reconhecimento da falta disciplinar, com regressão do regime, **esta eg. Corte de Justiça firmou o entendimento** de que, **para a regressão definitiva de regime, quando reconhecida a prática de falta grave, é imprescindível a realização de oitiva judicial do apenado**, nos termos do **art. 118, § 2º, da Lei de Execução Penal**, sob pena de nulidade.

**Verbis:**

*"Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:*

*I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;*

*II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111).*

*§ 1º O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.*

*§ 2º Nas hipóteses do inciso I e do parágrafo anterior, deverá ser ouvido previamente o condenado."*

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

**1. Este Tribunal possui orientação no sentido de ser "desnecessária a realização de audiência de justificação para homologação de falta grave, se ocorreu a apuração da falta**

***disciplinar em regular procedimento administrativo, no qual foi assegurado, ao reeducando, o contraditório e ampla defesa, inclusive com a participação da defesa técnica" (HC 333.233/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 6/11/2015).***

2. No caso, perante a comissão processante, na qual esteve presente a Defensoria Pública, foi assegurado o exercício da autodefesa ao apenado, que, todavia, optou por exercer seu direito constitucional de permanecer em silêncio, não havendo que se falar em cerceamento de defesa.

3. Ademais, não se exige a oitiva prévia do apenado em juízo para a decretação da perda dos dias remidos. **O artigo 118 da LEP exige a oitiva prévia, apenas, nos casos de regressão definitiva de regime prisional.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1751259/RO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 19/10/2018, grifei)

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. IMPRESCINDÍVEL. ORDEM CONCEDIDA.**

**1. A Quinta e a Sexta Turmas do Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de que é prescindível a realização de audiência de justificação no procedimento administrativo disciplinar para apuração de falta grave apenas na hipótese em que não houver a determinação de regressão definitiva de regime.**

2. No caso, foi determinada a regressão definitiva do regime prisional do Paciente pelo Juízo da Execução Penal, motivo pelo qual seria imprescindível a prévia oitiva do Apenado em audiência de justificação no âmbito do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado para a apuração de falta grave, conforme disposto no art. 118, § 2.º, da Lei de Execução Penal.

3. **Ordem concedida." (HC 464.406/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 23/10/2018, grifei)**

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ABSOLVIÇÃO NA ESFERA PENAL. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. MATERIALIDADE E AUTORIA DA FALTA RECONHECIDAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NEGATIVA DE AUTORIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO.**

**NULIDADE. DETERMINADA REGRESSÃO DE REGIME. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. "É firme o entendimento no âmbito do STJ no sentido de que a absolvição na esfera penal apenas repercute no âmbito administrativo se estiver baseada na negativa da autoria ou na inexistência do fato" (MS n. 20.994/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 1ª S., DJe 6/6/2016).

2. Para se infirmar a interpretação apresentada pelas instâncias ordinárias, de forma a possibilitar conclusão diversa da exarada no acórdão vergastado, no sentido de que o aparelho celular não pertenceria ao paciente, é necessário imiscuir-se no exame do acervo fático-probatório, o que evidencia a impossibilidade de este Superior Tribunal apreciar o pedido formulado no writ.

3. **Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é imprescindível a realização de audiência de justificação apenas quando o Juízo da execução penal proceder à regressão definitiva do apenado a regime mais gravoso, de modo que a regressão cautelar prescinde de prévia oitiva judicial.**

4. **Agravo regimental parcialmente provido para determinar tão somente a realização da audiência de justificação.**" (AgRg no HC 412.743/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 27/10/2017, grifei)

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO APÓS REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA MÉDIA. INCURSÃO NA SEARA FÁTICO-PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. REGRESSÃO DEFINITIVA DE REGIME. OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. NECESSIDADE. ILEGALIDADE MANIFESTA. PERDA DE 1/4 DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.**

1. A aplicação da falta grave deu-se mediante regular procedimento administrativo disciplinar - PAD, com rito próprio previsto na Lei de Execução Penal.

2. O pedido de desclassificação da falta grave para falta média não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, dada a necessidade, no caso, de incursão na seara fático-probatória, incabível nesta sede.

3. **Nos termos do art. 118, § 2º, da Lei de Execução Penal, é imprescindível, para a regressão definitiva de regime carcerário, a prévia oitiva do apenado em juízo, sob pena de nulidade. Precedentes.**

4. O juízo da execução não fundamentou a

*necessidade de perda dos dias remidos no patamar máximo. Ao assim decidir, deixou de exercer um juízo de proporcionalidade, em atenção ao disposto no art. 57 da Lei de Execução Penal.*

*5. Ordem concedida parcialmente para anular a decisão proferida pelo Juízo das Execuções, na parte em que determinou a regressão definitiva de regime e a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, determinando-se que outra seja proferida, com a observância da prévia oitiva judicial do sentenciado e com a devida fundamentação da fração relativa à perda dos dias remidos." (HC 407.808/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 13/10/2017, grifei)*

No caso sob exame, tanto o d. Juízo das Execuções, quanto o eg. Tribunal de origem afirmaram a dispensabilidade da audiência de justificação, nada obstante tenha sido decretada em desfavor do paciente a regressão definitiva do regime, do semiaberto, para o fechado.

Confira-se o v. acórdão vergastado (fls. 307-317):

*"Assim, considerando a necessidade de análise do presente instrumento, farei referência momentaneamente as folhas do Processo de Execução Criminal de origem n. 0002239-78.2017.8.24.0020.*

*Compulsando os autos, verifica-se que o agravante encontrava-se em regime semiaberto, sendo que no dia 25/10/2018, por volta das 09:20h, momento em que era realizado o culto para os reclusos da galeria C, o detento proferiu palavras de desrespeito e ameaça ao agente penitenciário plantonista, dizendo que conhecia o local em que morava toda sua família e que mandaria seus familiares "enviá-lo um recado", além de posteriormente ter xingado de "gordo" o vigilante que fazia acompanhamento junto aos integrantes da igreja, em tom ríspido para que seu bilhete de oração fosse recolhido (fls. 195/206).*

*Assim, obedecido as formalidades do PAD, o Conselho Disciplinar, por unanimidade, entendeu estarem preenchidos os requisitos legais para caracterização da falta grave, encaminhando o procedimento ao Juízo da execução, o qual aplicou as seguintes sanções judiciais (fls. 223/235):*

*'Ante o exposto:*

*a) HOMOLOGO o Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado pela Portaria nº 162/2018, em desfavor de Thales Moraes Storck, por atendidas as exigências legais dos arts. 59 e ss. da Lei de Execuções Penais, reconhecendo a prática de infração disciplinar consistente em novo crime doloso na data de 25/10/2018, nos termos do art. 52 da LEP.*

*b) DECRETO A REGRESSÃO de regime prisional do semiaberto para o fechado, com fincas no art. 52 c/c art. 118, I, ambos da LEP.*

c) REVOGO a fração de 1/3 (um terço) da remição a que teria direito o apenado até o dia da infração disciplinar em apreço, conforme motivação insculpida no corpo da presente decisão, forte nos arts. 127 e 57 da LEP.

d) FIXO a data-base no dia 25/10/2018 (fl. 199).'

Da nulidade da decisão agravada arguida pelo Procurador-Geral de Justiça, ante a ausência de realização da audiência de justificação prévia, nos termos do art. 118, §2º, da LEP, com a consequente prejudicialidade do recurso.

**Com efeito, está Câmara, seguindo orientação da maioria deste Tribunal, já se posicionou no sentido da prescindibilidade de realização de audiência de justificação nos casos em que foi assegurado ao executado o direito ao contraditório e à ampla defesa, em procedimento administrativo disciplinar regular[...]**

No caso, verifica-se que foi assegurado ao apenado o direito de produzir provas durante o procedimento administrativo, em que, saliente, a todo momento foi assistido por Defesa Técnica.

**Desse modo, prescindível a oitiva do reeducando em sede judicial, até porque é conferido ao Diretor do Ergástulo Público o exercício do poder disciplinar, conforme entendimento sedimentado pelo Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 1.378.557/RS.**

Não se ignora todavia, que o Superior Tribunal de Justiça, recentemente, alterou o entendimento anteriormente sufragado (AgRg no REsp 1717597/MS, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, j. em 07/06/2018; HC 394.557/SP, Rel. Ministro Félix Fischer, Quinta Turma, j. em 13/06/2017; AgRg no HC 367.421/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, j. em 27/06/2017; AgRg no HC 332.346/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, j. em 08/09/2015) passando a entender "que é prescindível a realização de audiência de justificação no procedimento administrativo disciplinar para apuração de falta grave apenas na hipótese em que não houver a determinação de regressão definitiva de regime." (HC 464.406/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, j. em 04/10/2018 - grifei), todavia, pelos motivos descritos alhures, ousou divergir deste posicionamento.

**Portanto, apesar da divergência, inexistente mácula no decisum agravado porque respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa durante a apuração da conduta faltosa e, segundo entendimento predominante na jurisprudência desta Corte, mostra-se desnecessária a realização da audiência de justificação que alude o art. 118, §2º, da LEP em tal hipótese.**

Já no mérito, requer o agravante a descaracterização da falta grave com sua consequente absolvição, ou a desclassificação da infração disciplinar para falta de natureza média, prevista no art. 96, inciso II, da LC 529/2011.

Todavia, sem razão.

Isso porque, como é sabido, nos termos do entendimento



*sedimentado no Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 1.378.557/RS, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, compete a autoridade administrativa apurar e atribuir a prática da infração disciplinar cometida pelo detento, bem como verificar qual grau de periculosidade corresponde a falta, restando ao juiz da execução penal apenas o controle da legalidade dos atos e decisões proferidas no âmbito administrativo e a aplicação das sanções judiciais previstas na Lei n. 7.210/84 – tais como, a regressão de regime (art. 118, I), a revogação de saída temporária (art. 125), a perda dos dias remidos (art. 127) e a conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade (art. 181, § 1º, d, e § 2º).[...]*

*No presente caso, denota-se que o Conselho Disciplinar entendeu que a conduta praticada pelo agravante caracterizou falta disciplinar de natureza grave, entendimento o qual, foi corroborado pelo Juízo da execução penal, ainda que de forma sucinta, ao efetuar o controle da legalidade do procedimento administrativo e aplicar às sanções previstas na LEP, situação que se mostra adequada ao caso concreto.*

*Logo, considerando que compete a autoridade prisional atribuir a natureza da falta praticada, bem como que não houve irregularidades durante o trâmite do procedimento administrativo disciplinar, tem-se que a decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos.*

*Ante o exposto, o voto é no sentido de conhecer do recurso e no mérito negar-lhe provimento.*

*Este é o voto." (grifei)*

Sobre a situação específica de oitiva apenas durante a elaboração do processo administrativo disciplinar (PAD), esta Corte Superior admite apenas na hipótese de regressão **não definitiva** de regime:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO - NÃO CABIMENTO - EXECUÇÃO PENAL - FALTA GRAVE - HOMOLOGAÇÃO FUNDAMENTADA APÓS REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PRÉVIA OITIVA JUDICIAL DO APENADO - PRESCINDIBILIDADE - PRECEDENTES - COMUTAÇÃO DE PENAS - INFRAÇÃO PRATICADA NOS DOZE MESES ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DO DECRETO - IMPOSSIBILIDADE.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, exceto quando a ilegalidade apontada for flagrante, ocasião em que se concede a ordem de ofício.*

**2. A interpretação jurisprudencial deste STJ acerca do § 2º do artigo 118 da LEP é no sentido de que - para a homologação judicial de falta grave - a oitiva judicial do sentenciado é obrigatória apenas se houver regressão definitiva de regime. No caso em tela - reconhecimento de falta grave sem regressão de regime prisional - considera esta Corte suficiente a oitiva do apenado no âmbito do PAD, se devidamente acompanhado de defesa técnica.**

**3. É desnecessária nova oitiva do apenado em juízo antes da homologação da falta grave se a ele foi oportunizado, como na espécie, manifestar-se no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apuração da infração disciplinar, devidamente acompanhado de defesa técnica (AgRg no HC 332.346/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 29/09/2015).**

**4. In casu, por tudo que dos autos consta, foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa - exigidos na LEP e no art. 5º do Decreto Presidencial n. 8.615/2015 - em toda a apuração, reconhecimento e homologação da falta grave, não sendo possível vislumbrar o alegado constrangimento ilegal.**

**5. Habeas corpus não conhecido." (HC 409.546/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 14/02/2018)**

Nesse diapasão, verifica-se que as decisões das instâncias ordinárias estão em desacordo com o entendimento firmado por este eg. Superior Tribunal de Justiça, de modo que configuram constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus. Concedo a ordem, de ofício, para cassar as decisões a quo, no sentido de inviabilizar a regressão definitiva de regime**, sem prejuízo de que outra seja proferida, após a realização de audiência de justificação.

P. I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator